

### Arrecadação de ICMS nos Estados do Nordeste

A arrecadação de ICMS no Brasil totalizou R\$ 235,3 bilhões no primeiro semestre de 2020, ante R\$ 244,7 bilhões no mesmo período de 2019, significando uma perda real de -6,6%. É importante ressaltar que a arrecadação de ICMS é concentrada em termos regionais. O Sudeste respondeu por quase metade do ICMS coletado nos seis primeiros meses de 2020, precisamente 48,7%. Com expressiva diferença seguiram o Sul (17,7%), Nordeste (16,7%), Centro-Oeste (10,3%) e Norte (6,6%).

No Nordeste, a arrecadação de ICMS totalizou R\$ 39,6 bilhões no primeiro semestre de 2020, em contraste com R\$ 41,5 bilhões em iguais meses de 2019, representando redução real de -8,5% no período em análise. Nas demais regiões, o Centro-Oeste (+2,2%) obteve ganhos reais, enquanto que Norte (-0,6%), Sul (-7,5%) e Sudeste (-8,1%) registraram recuos.

Apenas um Estado pertencente à área de atuação do Banco do Nordeste obteve ganho nominal de arrecadação no período em análise: Maranhão (+1,0%), porém com perda real de -1,9%. Seguem os desempenhos nas demais Unidades Federativas: Ceará (-12,7%), Rio Grande do Norte (-11,2%), Sergipe (-9,8%), Pernambuco (-9,6%), Minas Gerais (-8,8%), Bahia (-7,8%), Espírito Santo (-7,3%), Paraíba (-7,1%), Alagoas (-6,9%) e Piauí (-5,4%), vide Tabela 1.

A arrecadação somada dos setores secundário, terciário, energia e petróleo, combustíveis e lubrificantes alcançou 95,7%, 96,9% e 97,7% da arrecadação total do ICMS em Minas Gerais, Nordeste e Espírito Santo, média do primeiro semestre de 2020 e de 2019, respectivamente.

Vale registrar que a arrecadação do setor terciário apresentou a maior participação na arrecadação do ICMS do Nordeste (41,3%), considerando a média dos primeiros semestre de 2020 e 2019. Contudo, a arrecadação do referido setor caiu -6,3% em termos reais em 2020, sendo que dois Estados registraram ganhos reais: Espírito Santo (+12,5%) e Maranhão (+3,4%). As perdas reais mais expressivas nesse setor ocorreram no Piauí (-13,8%), Rio Grande do Norte (-9,5%), Sergipe (-8,8%) e Ceará (-8,7%).

A arrecadação no setor secundário, que representou 20,6% do total obtido no Nordeste, considerando a média dos primeiros seis meses de 2020 e 2019, caiu -7,5% em termos reais. Piauí (+3,2%) obteve crescimento, enquanto que as perdas reais mais expressivas ocorreram no Rio Grande do Norte (-27,8%), Espírito Santo (-17,4%), Paraíba (-16,9%), Minas Gerais (-15,6%) e Ceará (-10,9%).

O setor de petróleo, combustíveis e lubrificantes, que obteve uma participação de 22,1% na arrecadação total do Nordeste nos dois períodos analisados, apresentou perda real de -15,6%. Todos os Estados obtiveram recuos, tendo os mais expressivos se verificado em Alagoas (-29,6%), Ceará (-24,2%), Sergipe (-19,4%), Espírito Santo (-17,9%), Bahia (-15,9%) e Minas Gerais (-13,6%).

O setor de energia, que representou 12,9% da arrecadação regional na média dos dois períodos analisados, caiu em termos reais (-1,9%). Por sua vez, Piauí (+17,2%) e Ceará (+7,8%) apresentaram incrementos, enquanto que as perdas mais expressivas foram verificadas no Espírito Santo (-12,6%), Rio Grande do Norte (-6,9%) e Bahia (-6,6%).

Comparando-se a arrecadação de ICMS no segundo trimestre de 2020, com o mesmo período de 2019, observou-se expressiva redução, em termos reais, na arrecadação do ICMS no Brasil (-13,2%) e no Nordeste (-14,7%). O Centro-Oeste obteve a menor perda (-1,4%), seguida pelo Norte (-5,4%), Sudeste (-15,0%) e Sul (-15,6%). Os Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste foram severamente afetados nesse período: Ceará (-22,2%), Rio Grande do Norte (-18,9%), Piauí (-18,3%), Sergipe (-14,9%), Maranhão (-14,2%), Pernambuco (-12,9%), Bahia (-12,5%), Alagoas (-11,2%), Paraíba (-9,9%), Minas Gerais (-5,6%) e Espírito Santo (-2,8%), conforme especificado na Tabela 2.

Autor: Antônio Ricardo de Norões Vidal, Economista, Coordenador de Estudos e Pesquisas, Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, Banco do Nordeste/ETENE.

Tabela 1 - Arrecadação de ICMS no Brasil, Regiões e Estados selecionados - 1º Semestre de 2019 e 2020

Estado/Região/País	2019		2020		Var. Real %
	Valor (R\$ milhão)	Part. %	Valor (R\$ milhão)	Part. %	
Alagoas	2.032	0,8	1.949	0,8	- 6,9
Bahia	11.822	4,8	11.224	4,8	- 7,8
Ceará	6.168	2,5	5.548	2,4	- 12,7
Maranhão	3.624	1,5	3.661	1,6	- 1,9
Paraíba	2.897	1,2	2.772	1,2	- 7,1
Pernambuco	8.325	3,4	7.754	3,3	- 9,6
Piauí	2.118	0,9	2.064	0,9	- 5,4
Rio Grande do Norte	2.830	1,2	2.588	1,1	- 11,2
Sergipe	1.725	0,7	1.603	0,7	- 9,8
<b>Nordeste</b>	<b>41.541</b>	<b>17,0</b>	<b>39.163</b>	<b>16,6</b>	<b>- 8,5</b>
<b>Norte</b>	<b>15.265</b>	<b>6,2</b>	<b>15.623</b>	<b>6,6</b>	<b>- 0,6</b>
<b>Sudeste</b>	<b>120.995</b>	<b>49,4</b>	<b>114.470</b>	<b>48,7</b>	<b>- 8,1</b>
Espírito Santo	5.675	2,3	5.418	2,3	- 7,3
Minas Gerais	25.224	10,3	23.689	10,1	- 8,8
<b>Sul</b>	<b>43.859</b>	<b>17,9</b>	<b>41.757</b>	<b>17,7</b>	<b>- 7,5</b>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>23.025</b>	<b>9,4</b>	<b>24.244</b>	<b>10,3</b>	<b>2,2</b>
<b>Brasil</b>	<b>244.685</b>	<b>100,0</b>	<b>235.257</b>	<b>100,0</b>	<b>- 6,6</b>

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central e Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Tabela 2 - Arrecadação de ICMS no Brasil, Regiões e Estados selecionados - 2º Trimestre de 2019 e 2020

Estado/Região/País	2019		2020		Var. Real %
	Valor (R\$ milhão)	Part. %	Valor (R\$ milhão)	Part. %	
Alagoas	635	0,3	576	0,8	- 11,2
Bahia	3.968	1,6	3.547	4,9	- 12,5
Ceará	2.012	0,8	1.599	2,3	- 22,2
Maranhão	1.230	0,5	1.078	1,5	- 14,2
Paraíba	935	0,4	860	1,2	- 9,9
Pernambuco	2.798	1,1	2.488	3,4	- 12,9
Piauí	733	0,3	611	0,9	- 18,3
Rio Grande do Norte	916	0,4	759	1,1	- 18,9
Sergipe	559	0,2	486	0,7	- 14,9
<b>Nordeste</b>	<b>13.784</b>	<b>5,6</b>	<b>12.004</b>	<b>16,7</b>	<b>- 14,7</b>
<b>Norte</b>	<b>5.090</b>	<b>2,1</b>	<b>4.916</b>	<b>6,5</b>	<b>- 5,4</b>
<b>Sudeste</b>	<b>40.559</b>	<b>16,6</b>	<b>35.193</b>	<b>49,1</b>	<b>- 15,0</b>
Espírito Santo	1.841	0,8	1.827	2,4	- 2,8
Minas Gerais	8.085	3,3	7.795	10,3	- 5,6
<b>Sul</b>	<b>14.601</b>	<b>6,0</b>	<b>12.590</b>	<b>17,6</b>	<b>- 15,6</b>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>7.704</b>	<b>3,1</b>	<b>7.759</b>	<b>10,0</b>	<b>- 1,4</b>
<b>Brasil</b>	<b>81.738</b>	<b>33,4</b>	<b>72.462</b>	<b>100,0</b>	<b>- 13,2</b>

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central e Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).